



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 18 de setembro de 2017



Série

Número 163

Suplemento

Sumário

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL
DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

Despacho conjunto n.º 119/2017

Nomeia, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada em Economia, Maria do Rosário de Oliveira Serra Alegria Baptista, a licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Maria Adelaide da Luz Drummond Borges Baptista Silva e o licenciado em Direito, Manuel Rafael Mendes Lopes, na qualidade de membros do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E
SECRETARIA REGIONAL DA INCLUSÃO E
ASSUNTOS SOCIAIS**

Despacho conjunto n.º 119/2017

Considerando que, nos termos do artigo 32.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/M, de 12 de novembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2008, de 4 de janeiro, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 24/2012/M, de 30 de agosto, 2/2013/M, de 2 de janeiro e n.º 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, aos membros do conselho diretivo dos institutos públicos da Região Autónoma da Madeira são aplicáveis as regras de recrutamento e provimento dos cargos de direção superior da administração regional autónoma da Madeira, previstas no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, com última redação introduzida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, e são providos nos termos previstos no respetivo diploma orgânico, e na sua falta, por despacho conjunto do Presidente do Governo e do membro do Governo Regional competente;

Considerando que o Despacho Conjunto n.º 105/2017, de 27 de julho, nomeou em regime de substituição, pelo período de 90 dias, no cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, a licenciada em Economia, Maria do Rosário de Oliveira Serra Alegria Baptista;

Considerando que se torna necessário proceder à nomeação, em regime de comissão de serviço, dos elementos que integrarão o conselho diretivo do referido instituto;

Considerando que os licenciados Maria do Rosário de Oliveira Serra Alegria Baptista, Maria Adelaide da Luz Drummond Borges Baptista Silva e Manuel Rafael Mendes Lopes, reúnem os requisitos legais e perfil adequado ao provimento dos cargos.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2009/M, de 17 de abril, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 3/2013/M, de 2 de janeiro, da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2016/M, de 6 de julho, e do artigo 32.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2007/M, de 12 de novembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 1/2008, de 4 de janeiro, alterado pelos

Decretos Legislativos Regionais n.ºs 24/2012/M, de 30 de agosto, 2/2013/M, de 2 de janeiro e n.º 42-A/2016/M, de 30 de dezembro, determina-se o seguinte:

- 1 – Nomear, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, os membros do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM:
 - a) No cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, a licenciada em Economia, Maria do Rosário de Oliveira Serra Alegria Baptista;
 - b) Nos cargos de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, a licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Maria Adelaide da Luz Drummond Borges Baptista Silva e o licenciado em Direito, Manuel Rafael Mendes Lopes.
- 2 – É revogado o Despacho n.º 1/2017, de 4 de janeiro, publicado no JORAM, II Série, n.º 1, de 4 de janeiro.

- 3 – As notas curriculares dos nomeados, que são parte integrante do presente despacho, constam em anexo.
- 4 – O presente despacho produz efeitos a 15 de setembro de 2017.

As despesas com as nomeações têm dotação no orçamento privativo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

Presidência do Governo Regional e Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, aos 14 dias do mês de setembro de 2017.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

A SECRETÁRIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS, Maria Rita Sabino Martins Gomes de Andrade

Anexo do Despacho conjunto n.º 119/2017,
de 18 de setembro

Notas Curriculares

Maria do Rosário de Oliveira Serra Alegria Baptista

- 1 – Dados pessoais:

Nome: Maria do Rosário de Oliveira Serra Alegria Baptista
Data nascimento: 19/06/1963
Naturalidade: Luanda, Angola.
- 2 – Formação Académica:
 - Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas.
- 3 – Percurso Profissional:
 - Diretora da DTIM – Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira entre janeiro de 1986 a junho de 1988;
 - Quadro Técnico da Marconi na Direção Regional da Madeira, desde junho de 1988 tendo assumido funções de chefia da área administrativa e financeira de abril de 1991 a Novembro 2000.
 - Desempenhou funções na Divisão de Planeamento e Controlo da Direção de Longa Distância da Marconi em Lisboa de julho a dezembro de 1992, tendo sido nesse período a representante da Marconi no Finantial & Administrative Working Group do Sistema Submarino Columbus II.
 - Adjunta do Secretário Regional da Economia e Cooperação Externa da RAM, em regime de requisição à Companhia Portuguesa Rádio Marconi, de abril de 1993 a novembro de 1994.
 - 1999-2000 – Consultora na área da Qualidade.
 - Vogal do Conselho de Administração, do Instituto Regional de Emprego desde 1 de maio de 2001.
 - Vice-presidente do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, desde 20 de abril de 2009.

- Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, desde 3 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2016 por nomeação, em regime de substituição, e, desde 1 de janeiro de 2017 até 26 de julho de 2017, em regime de comissão de serviço.
- Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM desde 27 de julho de 2017 até à presente data, por nomeação em regime de substituição.

4 – Formação Complementar:

- Ao nível da formação profissional tem frequentado ao longo dos anos diversas ações de formação/seminários, de modo a manter atualizados os conhecimentos, nomeadamente nas seguintes áreas: Planeamento e Gestão, Liderança e Motivação, Qualidade, Recursos Humanos, Contratação Pública, Emprego. De entre a formação frequentada destaca-se o Curso Avançado em Gestão Pública, CAGEP, realizado em 2008.

Maria Adelaide da Luz Drummond Borges Baptista Silva

1 – Dados pessoais:

Nome: Maria Adelaide da Luz Drummond Borges Baptista Silva
Data de nascimento: 28/07/1966
Naturalidade: Lourenço Marques, Maputo.

2 – Formação Académica:

- Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, pela Universidade Clássica da Universidade de Lisboa (1989), tendo concluído, nesta mesma instituição de ensino superior, a componente curricular do mestrado em Teoria da Literatura (1996).

3 – Percurso Profissional:

- Docente contratada por tempo indeterminado em funções públicas com 30 anos dedicados ao ensino e à formação profissional. Lecionou a vários níveis de ensino, desde o básico ao superior, e em várias modalidades do sistema educativo e formativo.
- Entre 1994 e 1997, foi orientadora pedagógica da profissionalização em serviço de professores que integram o quadro docente da RAM.
- Presidente da Direção Técnico-Pedagógica da Escola Profissional Atlântico desde 1997 onde implementou, entre outros, projetos de empreendedorismo, de intercâmbio cultural a nível europeu, de responsabilidade social, de aproximação à vida ativa para jovens e adultos, e trabalhou com especial acuidade a promoção e o desenvolvimento de competências-chave e respetiva certificação.
- Presidente da mesa de Formação e Ensino Profissional da ACIF (2006-2009).
- Até 2017, integrou a Direção do Sindicato dos Professores da Madeira.

4 – Formação Complementar:

- Numa perspetiva de constante atualização de conhecimentos e de competências tem frequentado ao longo dos anos ações de forma-

ção/seminários/conferências/ congressos, nas seguintes áreas de interesse: Formação e competitividade, liderança, tecnologias de informação e comunicação, processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), Sistema Europeu de Créditos para a Educação e Formação Profissional (ECVET), Programas Operacionais no âmbito do FSE, Educação e Formação de Adultos, certificação de entidades formadoras, avaliação de desempenho.

Manuel Rafael Mendes Lopes

1 – Dados pessoais:

Nome: Manuel Rafael Mendes Lopes
Data de nascimento: 15/06/1964
Naturalidade: Faial – Santana.

2 – Formação Académica:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 – Percurso Profissional:

- Exercício de funções no Centro de Segurança Social da Madeira – Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares, mais concretamente na Direção de Serviços de Administração e Gestão, desde 17 de julho de 1995 até 26 de março de 2000.
- Exercício de funções na Câmara Municipal do Funchal, mais concretamente na Divisão de Fiscalização Municipal, na sequência de transferência do quadro do Centro de Segurança Social da Madeira, com a categoria de Técnico Superior de 1.ª Classe (Jurista), desde 27 de Março de 2000 até 8 de dezembro de 2002.
- Chefe de Divisão da Divisão de Administração Geral do Município do Funchal em acumulação com o exercício de funções na Divisão de Fiscalização Municipal, desde 9 de dezembro de 2002 até 16 de janeiro de 2006.
- Chefe de Divisão da Divisão de Fiscalização Municipal do Município do Funchal, desde 17 de janeiro de 2006 até 10 de fevereiro de 2015.
- Exercício de funções como técnico superior - jurista, no Departamento Jurídico e de Fiscalização do Município do Funchal, desde 11 de Fevereiro de 2015 até 24 de maio de 2016.
- Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, desde 25 de Maio de 2015 até 31 de dezembro 2016 por nomeação, em regime de substituição, e, desde 1 janeiro de 2017 até à presente data, em regime de comissão de serviço.

4 – Formação Complementar:

- FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública
- Código do Procedimento Administrativo
- Como Redigir Objetivos para Avaliação do Desempenho
- Regime Geral de Estruturação das Carreiras da Administração Pública
- Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações da Administração Pública

- Contencioso Administrativo
- Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas e de Contratação Pública Relativo às Empreitadas de Obras Públicas, Aquisições de Bens e Serviços e Locação
- Regime da Realização das Despesas Públicas
- Regime Jurídico das Empreitadas
- Lei da Organização do Tribunal de Contas
- Reforma do Tribunal de Contas
- Licenciamento Zero
- Desafios para a Gestão Municipal-Urbanização, Edificação e Licenciamento Zero
- Curso sobre Elaboração de Regulamentos Municipais
- Quadro de Competências e Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios
- Regime dos Estabelecimentos Comerciais
- Direito Administrativos das Autarquias Locais
- Atualização da Legislação Rodoviária para Polícias Municipais
- Sinistralidade Rodoviária
- Euro – Implicações na Área Financeira/Aprovisionamento
- Outras formações nas áreas de informática, administração pública e competências pessoais.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda.....	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas.....	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas.....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas.....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas.....	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

EXEMPLAR

A estes valores acresce o imposto devido.

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa.....	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
 IMPRESSÃO
 DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
 Departamento do Jornal Oficial
 Número 181952/02

Preço deste número: € 1,83 (IVA incluído)